

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

Norman L. Geisler e Paul D. Feinberg*

1. O QUE É A FILOSOFIA?

Há muita controvérsia entre os próprios filósofos quanto à definição da filosofia. Alguns argumentam que a filosofia é a “rainha das ciências”, ou a ciência mais geral e universal com relação a ciências como biologia, física etc. Outros argumentam que a filosofia nos informa acerca da composição do universo, outros filósofos argumentam contrariamente a qualquer idéia de pesquisa nesse sentido. Que a filosofia é uma atividade racional, com base em argumentos e na crítica das evidências. A solução seria pedir ajuda a alguém fora da filosofia, como por exemplo: um historiador de idéias que observasse as características comuns aos filósofos como forma de estabelecer-se uma definição mais coerente para a filosofia. Ainda assim este historiador de idéias poderia ser filosoficamente astuto, o suficiente para manifestar-se tendenciosamente sobre a questão.

Ao observarmos o significado da palavra “filosofia”, vemos que é derivada de dois vocábulos gregos que tem o sentido de “amando a sabedoria”. Este era o conceito que havia na mente dos antigos, logo o papel primário da filosofia é moral, virtuoso e ético.

A melhor definição de filosofia poderá ser dada pelos próprios filósofos, ainda que seja divergente e em parte incoerente, até porque um dos próprios papéis do filósofo é descobrir as verdades acerca da filosofia.

A filosofia analítica, por exemplo, tem como preocupação central o estudo analítico dos conceitos. Logo, a filosofia analítica deve ter como meta definir os termos filosóficos e científicos, e esclarecer a linguagem das idéias.

O filósofo analista difere em muito do cientista, porque o cientista explica sistematicamente o mundo em que vivemos, através da observação e da experimentação. O filósofo analítico examina as pressuposições e conceitos básicos que são empregados pelo cientista, pelo moralista e pelo teólogo.

Existem muitos questionamentos quanto aos objetivos da filosofia analítica sob diversas alegações, dentre elas a de que ela enfatiza demais as questões do significado e deixa de enfatizar as questões da verdade. Outra é a de que o princípio da verificação, que é um conceito chave da filosofia analítica, não é um teste fidedigno, nem do significado nem da relevância.

A filosofia especulativa por sua vez está preocupada com a sintetização dos resultados da pesquisa dos conceitos, com o fito de formar um conceito compreensivo e integrado da realidade. Logo, a filosofia especulativa vai muito mais além da filosofia analítica, porque não se preocupa tão somente de como é o mundo ou de como os homens agem, mas de como o mundo deveria ser e de como os homens deveriam agir.

* Norman L. Geisler e Paul D. Feinberg, *Introdução à Filosofia - Uma Perspectiva Cristã*. SP: Vida Nova, 1996. 11-64.

As duas correntes filosóficas não são opostas, mas enquanto uma se preocupa com os conceitos, a outra se preocupa não só com os conceitos, mas sugere especulações. A filosofia analítica deve preceder a filosofia especulativa, porque somente entendendo os conceitos é que se pode formular os princípios fundamentais do conhecimento, da ação e do destino.

A filosofia especulativa tem sofrido ataques severos e consistentes, em face dos seus questionamentos especulativos. Outros argumentam de que é impossível para o filósofo integrar todo o conhecimento e todos os valores, o que exigiria uma mente onisciente e infalível. E ainda, de que a filosofia especulativa é contraditória e inconsistente, cujas perguntas não poderão ser respondidas com base na experiência do homem.

Norman Geisler e Paul Feinberg, definiram a filosofia como “a análise crítica dos conceitos fundamentais da pesquisa humana, a discussão normativa de como o pensamento e a ação humanos devem funcionar, e a descrição da natureza da realidade”, o que é bastante sugestiva e coerente com os próprios relatos apresentados pelo próprio autor.

A filosofia é importante para auxiliar o teólogo nas respostas aos seus questionamentos analíticos e especulativos. Se por um lado a filosofia é um desafio para a fé cristã, por outro lado será uma contribuição para o crescimento intelectual, moral e para a própria maturidade dessa fé. O cristão deve estar preparado para aprofundar em seus conceitos e seus questionamentos. Sempre nos deparamos com perguntas difíceis de ser respondidas, no entanto temos que buscar e apresentar as respostas; ora estamos analisando; ora estamos especulando, o que nos leva a conclusão de que a filosofia e a teologia poderão paralelamente se adequar na vida do cristão.

2. DISCIPLINAS DA FILOSOFIA

1. ÉTICA

A ética é uma matéria teórica, e o filósofo moral está preocupado com a natureza da vida virtuosa, nos valores morais, na validade de determinadas ações e estilos de vida. É uma atividade analítica e está em busca de significados para os termos que aparecem em declarações éticas, do tipo: “bom”, “errado”, “certo”, “responsável”, “deve”, “deveria”, “quem mandou fazer assim”, etc.

A ética está interessada em atribuir modos de ação que devem ser seguidos ou reverenciados pelas pessoas. O filósofo moral coloca-se na posição de um homem comum ou de uma mulher apanhado em um dilema moral, e procura princípios para orientar a ação apropriada. Não se preocupa somente nos argumentos de a ação é certa ou errada, mas se preocupa com o princípio que justifica esta ação. Logo, o filósofo trabalha na direção de apontar uma solução que seja universal ou que possa ser aplicada de modo geral em situações semelhantes. O relativismo moral ou ético argumenta que os princípios de ações universais ou absolutas são impossíveis, porque dependerá da situação e da cultura de cada indivíduo.

2. A FILOSOFIA SOCIAL E POLÍTICA

Na filosofia ética o filósofo se preocupa com as ações isoladas dos indivíduos. Na filosofia social os filósofos se preocupam com as ações dos grupos ou sociedades. As reflexões filosóficas acerca da sociedade, se dividem em duas classes distintas:

A que procura examinar por que a sociedade é como se apresenta. Por que a guerra, o crime, a pobreza existem? etc.

A segunda classe de reflexões filosóficas sonda os alvos da sociedade e o papel que o estado deve desempenhar para alcançar estes alvos, no suprimento das necessidades dos indivíduos. Todos estes questionamentos e preocupações estão relacionados com outras ciências, como a psicologia, a sociologia, a antropologia, a ciência política e as ciências econômicas.

A filosofia social e política analisa os conceitos como a autoridade, o poder, a justiça e os direitos individuais. Está preocupada com perguntas do tipo: Quem deve governar a sociedade? A obrigação política é comparável com outros tipos de obrigação? Qual o significado da democracia? Qual deve ser o papel do governo numa comunidade organizada? etc.

3. A ESTÉTICA

A estética faz parte da teoria de valores e em alguns pontos aborda as questões éticas, sociais ou políticas. É interessante para este segmento da filosofia a análise de idéias como beleza, gosto, arte etc. Seus questionamentos vão além de mera análise de conceitos estéticos. Analisa-se as questões de estilo, intenção do criador, natureza da criatividade na arte etc.

4. A LÓGICA

A lógica é a parte mais fundamental da filosofia, porque a filosofia é uma pesquisa lógica em que sistematicamente se aplica as leis do pensamento e do argumento. Para avaliarmos argumentos informais é necessário a aplicação de princípios lógicos, sem os quais se tornaria impossível chegar-se a uma conclusão coerente. Dentre as falácias

mais comuns encontramos as pessoas apelando à autoridade ao invés de apelar à evidência para sustentar seus argumentos.

Por exemplo, apelar a autoridade do pai para defender a crença na existência de Papai Noel. Este tipo de apelo não é válido porque a autoridade não é qualificada para avaliar a questão, o pai do indivíduo jamais viu Papai Noel, logo não é argumento evidente para afirmar a sua existência. Nos argumentos teológicos costumamos usar a autoridade de Jesus e dos apóstolos em seus ensinamentos, para fundamentar nossas crenças doutrinárias, nesses casos o apelo é válido porque Jesus e os Apóstolos são autoridades suficientes para orientar as doutrinas.

No uso da falácia *ad hominem*, um advogado poderá apelar ao argumento de que a pessoa que testemunha não é qualificada para dar o seu testemunho. Se estes argumentos forem verdadeiros poderá surtir algum efeito no processo, do contrário seus argumentos não poderão ir de encontro ao testemunho da pessoa, porque é um ataque contra a pessoa e não contra o seu testemunho.

A lógica se baseia mais nos casos de argumentos formalizados, que são os tipos “dedutivo” e “indutivo”. O dedutivo consiste na aplicação de uma premissa maior, uma premissa menor, e uma conclusão.

Existem pelo menos três tipos de lógicas relacionadas com os argumentos dedutivo e indutivo:

A lógica “modal” que trata das três modalidades filosóficas principais: a “impossibilidade”, a “contingência” e a “necessidade”. “Impossibilidade”, significa que uma declaração é falsa em todos os mundos possíveis. “Necessidade” significa que uma declaração é verdadeira em todos os mundos possíveis. “Contingência”, significa que uma proposição é verdadeira pelo menos em um mundo possível.

A lógica “deontica” se relaciona com a ética. É uma tentativa de estruturar formalmente a aplicação da palavra “deve” em contextos morais e em mandamentos morais, logo as declarações do tipo: “eu penso”, “eu creio”, “ele pensa” ou “ele crê”, afetam o valor verídico das declarações.

A lógica “doxástica” se interessa nas diferenças e nas conseqüências que estas diferenças têm nas derivações lógicas.

5. A FILOSOFIA DA RELIGIÃO

A filósofo da religião está interessado em analisar e avaliar as informações acerca das religiões, com vistas a descobrir o que significam e se são verdadeiras. Ao tratar da natureza e do conhecimento religioso, tanto o filósofo quanto o teólogo têm interesses idênticos, contudo na interpretação do texto bíblico já não existirá convergência de argumentos.

Os assuntos principais que interessam ao filósofo da religião, são as perguntas acerca da natureza da religião; as características definidoras das crenças que se acham em todas as religiões; os argumentos em prol da existência de Deus; os atributos de Deus; a linguagem religiosa; e o problema do mal.

No século XVIII Kant argumentou a existência de três argumentos racionais em prol da existência de Deus. São os argumentos “ontológico”, “cosmológico”, e “teleológico”. Mais tarde os filósofos da religião acrescentaram o argumento “moral”.

Dentro dos filósofos da religião existe um grupo conhecido como “ateólogos”, que desenvolveram várias provas e argumentos que procuram comprovar a inexistência de Deus.

6. A HISTÓRIA DA FILOSOFIA

A história da filosofia é uma tentativa no sentido de demonstrar como as influências ideológicas levaram a certas filosofias e a forma pela qual estas filosofias influenciaram sociedades e instituições; e de aprender acerca dos homens que fizeram a história da filosofia. O historiador da filosofia procura demonstrar a formulação e o desenvolvimento de escolas do pensamento, como o racionalismo e o empirismo. Por exemplo, ilustrar a filosofia de René Descartes, faz parte da história da filosofia, é preciso portanto que o historiador relate o que Descartes disse, e se é verdadeiro ou não; ou de que maneira Descartes influenciou racionalistas subsequentes como “Kant” e outros.

7. A FILOSOFIA DA HISTÓRIA

A filosofia da história é a reflexão crítica da ciência histórica, e inclui tanto elementos analíticos quanto especulativos. O filósofo da história deve em primeiro lugar distinguir o emprego de palavras como história e crônica, e em seguida deve voltar-se para os problemas do método histórico, que são uma parte central e importante na filosofia da história. Existem muitas perguntas especulativas com as quais o filósofo da história se preocupa e busca respostas, por exemplo: Existem conceitos que unificam os dados da história? A história é linear ou cíclica? Existe realmente a história universal?

8. A FILOSOFIA DA CIÊNCIA

O filósofo da ciência está interessado no exame e avaliação crítica de conceitos-chaves científicos e na metodologia científica. As maiores perguntas dentro da filosofia da ciência são: Como as teorias científicas devem ser construídas e avaliadas? Quais as justificativas e quais os critérios necessários para as teorias científicas?

9. A FILOSOFIA DA ...

As filosofias da religião, da história, e da ciência, nos ensinam acerca da pesquisa filosófica. É possível examinar criticamente os termos e métodos primários de qualquer disciplina. Assim, há uma filosofia do direito, da matemática, da educação, da educação cristã, pregação evangelística e muitas outras disciplinas.

10. A EPISTEMOLOGIA

A investigação da origem e da natureza do conhecimento é um dos campos principais da filosofia. Como conhecemos alguma coisa? Qual a justificativa para a alegação de que alguém sabe? A percepção sensorial nos dá informações fidedignas acerca de um mundo de objetos físicos? Temos consciência direta do mundo físico? Nossas percepções dos objetos são idênticas a esses objetos?

11. A METAFÍSICA

A palavra metafísica vem de um vocábulo grego que significa “depois da física” ou “além do físico”, daí alguns filósofos defenderem que a metafísica é o estudo do ser ou da realidade.

Dentro da metafísica alguns filósofos como Aristóteles e Platão, defendiam que os elementos fundamentais da realidade poderiam ser reduzidos ao ar, ao fogo, à água, e à terra. Com base nos conceitos destes filósofos os antigos acreditavam que estes elementos em combinação e interação davam conta da totalidade da realidade.

As grandes perguntas da metafísica tradicional são as seguintes: Quais são as partes constituintes fundamentais e objetivas da realidade? Qual é a natureza do espaço e do tempo? Todo evento deve ter uma causa? Há alguma substância ou entidade que sempre permanece constante? O homem tem livre arbítrio? As intenções causam alguma coisa?

12. A FILOSOFIA DA MENTE

A filosofia da mente era parte tradicional da metafísica de onde se desvinculou para assumir lugar de maior destaque na discussão filosófica. Em decorrência de nosso maior conhecimento do cérebro humano e da física, a filosofia da mente tem recebido maior atenção e destaque nos últimos anos.

As principais perguntas da filosofia da mente são: Existe um nível de realidade que podemos chamar de mental? Se for assim, quais são as marcas distintivas do mental? A consciência está meramente associada com estados do cérebro? Qual o relacionamento entre a mente e o corpo? Até onde as máquinas são iguais aos homens? Podemos construir inteligências artificiais que possam funcionar como mentes?

13. A TEORIA DA AÇÃO

A teoria da ação se relaciona com todos os demais campos da filosofia, como a filosofia da ética, a filosofia da linguagem, a filosofia da mente etc. Qualquer avanço nessas diversas correntes filosóficas se confrontará com as perguntas cruciais da teoria da ação. Por exemplo: antes de se poder elucidar a natureza da mente, é necessário entender-se o relacionamento entre os estados mentais e as ações. Bem como, as distinções entre os diversos tipos de fala, e seus mútuos relacionamentos que são de valor considerável na investigação da linguagem. Da mesma forma as questões de responsabilidade não podem ser discutidas sem observar-se os critérios de capacidade e incapacidade dos indivíduos, e de uma análise entre atos intencionais e involuntários; e assim por diante.

Os questionamentos da teoria da ação são os seguintes: O que é um ato, e como está relacionado com um agente? Qual a conexão entre o ato e o desejo?

3. A METODOLOGIA DA FILOSOFIA

1. MÉTODOS DO MUNDO ANTIGO

1.1 O método de Sócrates: A *maiêutica*

Sócrates usava o método de perguntas e respostas, que consistia em ajudar as pessoas por mais ignorantes e incultas que fossem, a gerar dentro de suas mentes toda a sabedoria incubada não revelada anteriormente, criando ambiente favorável para que os indivíduos dessem a luz às suas idéias. Desse modo Sócrates era tido como um “parteiro”, ajudando no parto da manifestação da sabedoria mesmo do mais humilde escravo, por acreditar que a verdade é inata à mente humana, bastando para tanto fazer com que elas ponham tudo para fora.

Tanto Sócrates, como Platão que foi seu discípulo, acreditavam que a verdade era inata a todos os homens que a conheciam em uma existência prévia. E assim que a pergunta de modo acertado é feita, a memória da pessoa é estimulada a evocar aquilo que já sabe.

O método de perguntas e respostas é muito interessante em muitas ocasiões, como forma de conhecer-se a verdade contida em cada pessoa humana, contudo os conceitos de Sócrates são duramente criticados por filósofos contemporâneos, quanto às capacidades inatas do homem, principalmente por afirmar a sua preexistência.

Outro fator dentro deste método que é olhado com certa desconfiança, é o fato de que quem pergunta poderá levar o perguntado a predispor a resposta, assim a sabedoria está com aquele que pergunta e não com aquele que é perguntado.

A filosofia contemporânea acredita que a mente humana começa como uma *tabula rasa*, que com o decorrer dos anos vai somando idéias e experiências.

Eu me identifico mais com a filosofia contemporânea que é contrária ao método de Sócrates, porque creio ser impossível alguém ter conhecimento preexistente. Além do mais esta filosofia muito se parece com a doutrina espírita da reencarnação. Eu prefiro me nortear pela teologia bíblica no que se refere ao conhecimento da pessoa humana em todos os seus estágios.

1.2 O método de Zenão: *Reductio ad Absurdum*

Este método visa determinar a verdade ao reduzir posições alternativas ao absurdo. Este método começou com o ensino de Parmênides que afirmava que a realidade do universo era uma e não múltipla.

A partir desse pressuposto Zenão procurou comprovar esta filosofia especulativa, demonstrando que o conceito de realidade como sendo múltipla levava a contradições. Assim, o método de Zenão se tornou de valor permanente para a filosofia, porque nenhuma posição que leva a contradição poderá ser considerada verdadeira. Logo, a lei da não-contradição é um dos princípios fundamentais do pensamento lógico. Este método é útil em argumentos, pois se poderá assumir premissas de um oponente, e comprovar que são falsas por meio de reduzi-las a uma contradição.

Alguns filósofos argumentam que o método de Zenão pode demonstrar que algumas posições são falsas, mas não pode demonstrar quais são as verdadeiras.

1.3 O método de Aristóteles

O método de Aristóteles consistia nas formas indutiva e dedutiva de raciocinar. O raciocínio dedutivo consiste em argumentar do geral para o particular. Por exemplo:

Todos os gatos miam (premissa)
 Mimi é um gato (premissa)
 Logo, mimi mia (conclusão)

O raciocínio indutivo consiste em argumentar do particular para o geral. Por exemplo:

Mimi mia (premissa)
 Mimi é um gato (premissa)
 Logo, todos os gatos miam. (conclusão)

As dificuldades com o método dedutivo consiste na falta de premissas universalmente verdadeiras, pondo em cheque a eficácia do método de Aristóteles para descobrir a verdade. A conclusão é considerada de modo lógico e válido a partir das premissas. Quando dizemos que a primeira premissa é verdadeira, devemos considerar a existência de argumentos válidos e argumentos sólidos. No exemplo citado temos a “premissa” — “Todos os gatos miam”, que não pode ser considerada universal porque pode haver algum gato, em algum lugar, que por algum motivo não mia.

2. MÉTODOS DO MUNDO MODERNO

O raciocínio indutivo é mais característico do período moderno, em face de estar estritamente associado com a metodologia científica, embora tenha sido bastante utilizado pelos filósofos antigos.

2.1 O método indutivo

O filósofo Francis Bacon derrubou o método dedutivo antigo para chegar-se à verdade científica, substituindo-o pelo método indutivo novo, que consistia mais na observação extensiva e experimentação sistemática.

2.2 Os cânones de Indução de Mill

Este método está resumido pelas seguintes regras:

1. O Método da Concordância. O único fator comum a todas as situações antecedentes onde ocorre um efeito é provavelmente a causa do efeito.
2. O Método da Diferença. Sempre que um efeito ocorre quando “A” está presente, mas não ocorre quando está ausente, então “A” é provavelmente a causa do efeito.
3. O Método Conjunto. Combinar os dois primeiros métodos quando um método sozinho não dá um resultado específico.
4. O Método das Variações Concomitantes. Quando um fator antecedente varia concomitantemente com o fator conseqüente, então o primeiro é provavelmente a causa do segundo.

Alguns opositores a este método argumentam que a pessoa nunca pode ter a certeza de que chegou a qualquer verdade através do método indutivo a não ser que tenha observação completa ou universal, o que é impossível.

2.3 O método científico

Este método é uma combinação dos métodos dedutivo e indutivo, com mais um elemento adicional “adutivo”, tendo como elementos básicos os seguintes:

1. A situação que gera o problema. A preocupação porque João ficou doente após o jantar.
2. A formulação do problema. Por que João, que tem muita saúde, ficou doente após o jantar?
3. A observação de fatos relevantes. No jantar, João comeu pizza com aliche, tomou leite, e comeu sorvete de baunilha.
4. O emprego de conhecimentos prévios:
 - a) João freqüentemente come pizza sem ficar doente;
 - b) usualmente toma leite sem problemas;
 - c) o sorvete é sua sobremesa predileta; e
 - d) esta é a primeira vez que João teve aliche na sua pizza;
5. A formulação de uma hipótese. O aliche era a causa da doença de João;
6. Dedução da hipótese. Se João comer aliche outra vez, ficará doente.
7. Testando a hipótese.:
 - a) João come a mesma comida, sem o aliche, na noite seguinte, e não fica doente.
 - b) João come a mesma comida, com aliche, na terceira noite, e fica doente outra vez.

Conclusão: O aliche deixa João doente.

O método científico é considerado como auto-corretivo, isto é, de continuo a pessoa conserva suas conclusões abertas para mais confirmação ou refutação. Contudo, as conclusões devem ser sempre tentativas, visto que as evidências são apenas fragmentárias.

3. MÉTODOS CONTEMPORÂNEOS

Existem três métodos que se destacam na busca da verdade no mundo contemporâneo: *o existencialismo, a fenomenologia, e o método analítico*.

3.1 O método existencial

O filósofo Kierkegaard é considerado o pai do existencialismo e ao aplicar o seu método existencial não nega o método científico objetivo para chegar-se a verdade, acreditando mais na verdade subjetiva, chegando a declarar que: — “a verdade é a subjetividade”. Com isso não queria dizer que qualquer crença subjetiva é verdadeira, mas que a não ser que alguém acredite em alguma coisa de modo subjetivo e apaixonado, não possui a verdade.

A verdade é sempre pessoal e não meramente proposicional. Ninguém obterá a verdade pela mera observação, mas sim, pela obediência; ninguém obterá a verdade pelo fato de ser um espectador, mas sim pelo fato de ser um participante da vida; a verdade é achada no concreto, nunca no abstrato; no existencial, não no racional; na realidade a pessoa se coloca na verdade somente mediante um ato da vontade, por meio da fé. Não é uma idealização da mente, mas é através de uma decisão da vontade que a pessoa chega a conhecer a verdade. A verdade não está na área do racional, mas sim no “paradoxal”.

Um dos aspectos mais valiosos da metodologia existencial está no equilíbrio corretivo que traz para a abordagem puramente científica à verdade. A verdade, especialmente a verdade religiosa, é pessoal. A vida é mais que meros objetivos; há sujeitos e pessoas.

Algumas desvantagens deste método: leva facilmente ao subjetivismo. Como pode a pessoa evitar fazer dos seus próprios sentimentos o teste da verdade? Como pode evitar o engano e a ilusão?

3.2 O método fenomenológico

Este método é uma tentativa de voltar a uma abordagem pré-teorética às consciências primárias da pessoa. Dar uma descrição puramente “neutra” da consciência que a pessoa tem do mundo, antes dela chegar a pensar acerca dele de modo reflexivo. É um método sem pressuposições — que deixa os meros fatos da experiência primária da pessoa “falarem por si mesmos”.

Usando o método fenomenológico Martin Heidegger aplicou-o a um estudo do homem e concluiu que o homem é um ser que está presente; o homem tem um senso de angústia; é um ser lançado do mundo e seguindo a direção da morte (do nada) sem qualquer explicação do “por que há algo ao invés de nada”. O homem como um ser-indo-para-outra, portanto, é a estrutura fundamental da realidade descoberta por este método.

As objeções a este método ficam por conta da dúvida de que existam quaisquer maneiras de abordar o mundo totalmente sem pressuposições.

A fenomenologia é valiosa à medida em que afirma que a subjetividade não deve ser excluída do âmbito da verdade. Além disto, procura ser descritiva e objetiva acerca das experiências que a pessoa tem do mundo.

3.3 O método analítico

As duas correntes principais da metodologia analítica contemporânea, estão relacionadas primariamente com à **verificação** ou **confirmação** e a outra com a **elucidação**:

3.3.1 O método da verificação

A eliminação da metafísica no método da verificação é baseada no princípio de que para uma declaração fazer sentido, deve ser ou puramente definicional (analítica) ou, senão, verificável (sintética) por um ou mais dos cinco sentidos. Todas as demais declarações (éticas, teológicas e metafísicas) são contra-senso, ou sem sentido.

As objeções a este método são em decorrência do fracasso do princípio da verificação que em algumas formas é exclusivo demais e em outras, é inclusivo demais.

Outro lado negativo da verificação é o que se chamou de “princípio da falsificação”, que consiste em afirmar que — “qualquer declaração ou proposição não faz sentido a não ser que seja sujeita a ser comprovada falsa”.

3.3.2 O método da elucidação

Este método se baseia na crença de que enigmas filosóficos pudessem ser solucionados pela análise (elucidação) da linguagem. Logo, onde uma pergunta pode ser feita, também pode ser respondida, contudo nem todas as perguntas podem ser feitas de modo significativo. Em resumo a experiência é o tribunal de apelo que julga o significado. O sentido é determinado pelo modo como uma palavra é usada naquele contexto. Por uma análise da linguagem, pode-se elucidar o significado da linguagem conforme a intenção de seus usuários.

A elucidação portanto, é um elemento-chave na busca da verdade, porque a ambigüidade leva a confusão. Por outro lado, as alegações quanto à verdade devem ser testadas ou confirmadas, pois há muitas alegações conflitantes quanto à verdade.

CONCLUSÃO

Existem muitos métodos de se fazer filosofia, sendo que alguns métodos são melhores adaptados a certos tipos de busca da verdade, e outros são melhores adaptados a outros tipos de respostas filosóficas. Por exemplo, a verificação empírica é apropriada à história, enquanto que o método científico a um estudo do mundo natural. Contudo, nenhum dos dois é adequado para a descoberta da verdade relativa à verdade pessoal ou aos valores. Para tanto, um método existencial ou fenomenológico é mais apropriado. Já o método dedutivo somente pode ser usado onde a pessoa tem acesso a premissas matemáticas, teológicas, ou filosóficas com base nas quais pode fazer deduções lógicas. É um erro imaginar-se que existe um só método pelo qual poder-se-á chegar a descoberta da verdade.

Não existe convergência filosófica entre filósofos seculares e filósofos cristãos, quanto ao método a ser aplicado para justificar as crenças religiosas. Alguns filósofos cristãos são fideístas, e sustentam que não há nenhum modo racional para justificar uma crença religiosa, insistindo que nenhuma metodologia filosófica pode eliminar a possibilidade da revelação divina. A existência do Deus que Se revelou na sagrada Escritura é uma crença essencial do cristianismo. Os filósofos cristãos asseguram que todas as filosofias que argumentam a impossibilidade da revelação de Deus estão condenadas ao fracasso, enquanto que o desafio da filosofia cristã é “destruir fortalezas; anulando sofismas e toda altivez que se levante contra o conhecimento de Deus”.

4. AS FERRAMENTAS DA FILOSOFIA

INTRODUÇÃO

Os argumentos asseverados em cima de uma crença ou opinião, não são suficientes para garantir a sua verdade. Sempre que desejamos saber a resposta de determinados questionamentos precisamos recorrer ao filósofo. Contudo, é possível que venhamos a nos decepcionar, uma vez que os próprios filósofos nem sempre terão uma resposta convincente, e muitas vezes estas respostas são conflitantes ou divergentes entre eles. Os pontos de vista poderão ser sustentados, a partir de como se sente cada pessoa acerca deste ponto de vista. William James chegou a afirmar que: - “nossas emoções finalmente determinam o que consideramos certo e errado”. Se isto for verdade, torna-se difícil chegar-se a verdade. Neste caso pode ocorrer que todas as respostas são igualmente adequadas, ou são igualmente inadequadas. Deste modo nenhuma idéia poderia ser chamada de verdadeira ou falsa. Contudo, essa pressuposição, é simplesmente incorreta. É verdade, que alguns problemas filosóficos têm respostas que são claramente verdadeiras. Sempre que não houver uma resposta única em uma disputa filosófica, não deve-se pressupor que por este motivo deve-se acreditar no que quiser. Algumas respostas podem ser excluídas, outras embora não sejam perfeitamente satisfatórias, são claramente mais adequadas ou mais prováveis do que outras.

1. A NATUREZA DE UM ARGUMENTO

Argumento é qualquer grupo de declarações ou proposições, uma das quais, conforme se alega, é derivada das demais. As declarações ou proposições fornecem evidência para chegar-se a conclusão. Os argumentos formam uma estrutura em que temos as premissas e a conclusão. As premissas são a evidência e a conclusão é a proposição que decorre da evidência. Exemplo:

Todos os homens são mortais. (premissa)
Sócrates é um homem. (premissa)
Logo, Sócrates é mortal. (conclusão)

2. TIPOS DE ARGUMENTO

2.1 Argumentos Indutivos

Nos argumentos indutivos as premissas dão alguma evidência para a conclusão. Um bom argumento indutivo terá uma conclusão altamente provável. Neste caso, é bem provável que a conclusão realizar-se-á ou será válida. Diz-se então que as premissas poderão ser falsas ou verdadeiras e as conclusões poderão ser válidas ou não válidas. Segundo John Stuart Mill, existem algumas regras que se aplicam aos argumentos indutivos, que são: O método da concordância, o método da diferença, e o método das variações concomitantes.

2.2 Argumentos Dedutivos

A conclusão de um argumento dedutivo será válido ou não válido a depender das premissas que podem ser verdadeiras ou falsas. Assim, as premissas é que definem a conclusão. Se as premissas forem verdadeiras, a conclusão será válida. Se as premissas forem falsas a conclusão será não válida. Argumentos dedutivamente válidos sustentam-se firmemente, simplesmente em virtude da sua forma. Existem alguns conceitos centrais que são associados aos argumentos dedutivamente válidos, que são: a validade, a solidez, os argumentos conclusivos, e os argumentos fidedignos.

A “**validade**” tem a ver com a forma ou estrutura do argumento. As premissas num argumento válido garantem a conclusão. Exemplo:

Todos os alunos são estudantes.
Paulo é um aluno.
Logo, Paulo é um estudante.

Qualquer argumento que não tenha uma forma válida é um argumento inválido. As noções de validade e verdade são distintas. As declarações, as proposições ou as frases são verdadeiras ou falsas. As conclusões podem ser falsas ou verdadeiras, já os argumentos não podem. As declarações não podem ser válidas ou inválidas. Pode-se ter então, um argumento válido em que tanto as premissas quanto as conclusões são falsas. Pode-se ter um argumento válido com premissas verdadeiras e uma conclusão falsa.

A invalidade e a verdade se relaciona entre si de formas diferentes. Um argumento inválido pode ter premissas falsas e uma conclusão verdadeira. Um argumento inválido pode ter premissas verdadeiras e uma conclusão verdadeira.

A veracidade ou a falsidade das premissas e da conclusão não nos contará nada acerca da validade do argumento. A invalidade ou validade do argumento também não nos contará nada acerca da veracidade das premissas ou da conclusão. Deste modo a lógica por si só não pode determinar a verdade.

A “**solidez**” é um argumento sólido com premissas verdadeiras. Quando as premissas são verdadeiras e o argumento válido, a conclusão forçosamente é verdadeira. Um argumento dedutivo que deixa de estabelecer a verdade da sua conclusão é chamado de não sólido. Os argumentos inválidos ou que tenham mais de uma premissa falsa, não são argumentos sólidos.

Os “**argumentos conclusivos**” são tão importantes quando podem ser construídos, quanto os argumentos sólidos. A diferença entre eles é que no argumento conclusivo as premissas são verdadeiras e no argumento sólido as premissas podem ou não ser conhecidas como sendo verdadeiras.

Os “**argumentos fidedignos**” são aqueles em que o filósofo pode reunir evidências em prol da veracidade das premissas, daí a lógica será útil em apontar a veracidade das conclusões que podem ser derivadas destas premissas.

A validade não é suficiente para garantir a veracidade de qualquer declaração, assim um argumento inválido não tem possibilidade alguma de ser sólido, conclusivo ou fidedigno.

3. A CLARESA

Para se determinar se uma proposição é falsa ou verdadeira é preciso entender o seu significado. A maioria das discórdias por exemplo é decorrente de uma pessoa não entender a posição da outra. É muito comum entrar-se num argumento sem saber-se acerca do que se está argumentando. É impossível determinar-se a veracidade ou a fidedignidade de uma declaração antes de primeiramente ter-se uma idéia do significado.

3.1 Definições

As definições declaram as condições necessárias e suficientes para o emprego das palavras. Quando define-se que um triângulo é uma figura fechada de três lados, concluímos

que todas as figuras nestas condições são triângulos. Existem dois tipos de definições: as *nominais* e as *reais*.

As definições *nominais* especificam o significado de cada palavra e não podem ser falsas. As definições *reais* descrevem o grupo de propriedades possuídas por todos os membros de uma certa classe. Já estas definições podem ser falsas ou verdadeiras. As definições reais estão relacionadas com as definições factuais. Se uma definição real não delinear apropriadamente a classe de coisas que formula, é falsa. Se delinear adequadamente é verdadeira.

3.2 Análise de Conceitos

A análise de conceitos está diretamente relacionada com a tarefa da definição. A análise da linguagem começa com o exame de definições, e com o uso das palavras na linguagem comum.

4. O MÉTODO CIENTÍFICO

A clareza é o primeiro passo para testar a veracidade ou fidedignidade de uma declaração, contudo o fato de entender-se o que uma frase significa, não quer dizer-se que ela é verdadeira. Existem alguns métodos básicos para se fixar a verdade, que tem sido usado pelo homem no decorrer da história, que são: o método da *tenacidade*; o método da *autoridade*; o método *metafísico* ou a *priori*; e o método *científico*. No conceito do famoso filósofo Peirce, somente o método *científico* é satisfatório, porque os demais na prática não funcionam.

O método *científico* de determinar se uma declaração é verdadeira ou fidedigna tem quatro passos: a) formular a declaração com cuidado e clareza; b) predizer as implicações de semelhante crença; c) realizar experiências controladas para confirmar ou refutar estas implicações e observar as conseqüências; e d) aceitar ou rejeitar a declaração como resultado. Alguns filósofos defendem que este método pode ser aplicado as áreas da moralidade, da estética e da religião. Outros rejeitam a aplicação de forma universal e absoluta, embora reconheçam que é de suma importância em boa parte da pesquisa empírica.

4.1 Silogismos Dedutivos

Há muitas maneiras em que um argumento dedutivo ou silogismo pode deixar de estabelecer sua conclusão. Existem um conjunto de regras que facilitam a formulação de argumentos válidos, evitando que falácias acabem por invalidar as conclusões.

As regras principais são:

1. Um silogismo categórico válido deve conter somente três termos, sendo que nenhum termo deve ser usado num sentido equívoco. Qualquer silogismo que tiver mais de três termos é inválido e diz-se que ele cometeu a Falácia dos Quatro Termos.
2. Num silogismo categórico válido, o termo central deve ser distribuído pelo menos uma vez nas premissas. Qualquer silogismo que viola esta regra, diz-se que comete a Falácia do Meio Não Distribuído.
3. Num silogismo válido, nenhum termo pode ser distribuído na conclusão se não for distribuído também nas premissas. Esta falácia é de dois tipos. Quando o termo não distribuído estiver na primeira premissa, ou a maior, a falácia é a Falácia da Premissa Prin-

cial *Ilícita*. Quando o termo não distribuído estiver na segunda premissa, ou a menor, a falácia é a Falácia da Premissa Menor *Ilícita*.

4. Nenhum silogismo categórico é válido quando tem duas premissas negativas. Assim, diz-se que qualquer silogismo que quebre esta regra é culpado da Falácia das Premissas Exclusivas.

5. Se uma premissa de um silogismo categórico é negativa, logo, a conclusão deve ser negativa. Embora seja muito raro argumentos que quebrem esta premissa, diz-se que o silogismo nesta situação comete a Falácia de Tirar uma Conclusão Afirmativa de uma Premissa Negativa.

6. Nenhum silogismo categórico válido com uma conclusão particular pode ter duas premissas universais. A violação desta regra é chamada de Falácia Existencial.

CONCLUSÃO

A ferramenta primária do filósofo é a lógica, que trata das regras para a argumentação apropriada. A diferença entre os argumentos indutivos e dedutivos é o relacionamento entre as premissas e a conclusão. Num argumento indutivo a premissa serve para tornar provável a conclusão. Quando o argumento é válido e as premissas são verdadeiras, as premissas garantem a veracidade da conclusão num argumento dedutivo.

Enquanto o filósofo está preocupado com a forma e a veracidade dos seus argumentos, colocando-os em uma forma silogística, a maioria de nós se preocupa com a lógica num senso mais informal.